

**ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE  
RECURSOS HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, às 9h 25min no Auditório do Parque Estadual Masairo Okamura, ocorreu a 8ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Informes; Aprovação da ATA da 14ª Reunião Ordinária do CEHIDRO; Aprovação da Resolução nº 18, que trata do licenciamento de projetos de irrigação; Apresentação sobre o Plano Estratégico da Bacia Tocantins-Araguaia, pelos Srs. José Luiz Gomes Zoby e Ney Maranhão da Agência Nacional de Águas; Assuntos Gerais. A Reunião foi presidida pelo Sr. Leandro Maraschin, Secretário Executivo em exercício, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO. O Secretário executivo iniciou esclarecendo aos presentes que o Sr. Luiz Henrique Noquelli não poderia comparecer devido a motivo de força maior e que estaria substituindo o mesmo na Secretaria Executiva do CEHIDRO durante esta reunião. Estiveram presentes na reunião os seguintes conselheiros: Sr. Juracy de Ozeda Ala Filho, representante da SEPLAN; Sra. Telma Luzia Monteiro, representante da SES; Sr. José do Carmo Ferraz Filho, representante da SICME; Sra. Cinthia Barroca de Castro, representante do IBAMA; Sr. Antônio Brandt Vecchiato, representante da ABAS; Sra. Ildisnéya Velascos Dambros e Sra. Vânia Tarcila Borges, representantes da SANECAP; Sra. Marli Teresinha Deon Sette, representante da RAEONG's. O Secretário Executivo iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e colocando aos conselheiros que esta será uma reunião rápida, já que o principal motivo da realização da mesma é a apresentação da consolidação do Plano Estratégico da Bacia Tocantins-Araguaia, desenvolvido pela ANA. Em seguida, colocou em votação a Ata da 13ª Reunião Ordinária do CEHIDRO, sendo solicitado pela conselheira Telma Monteiro à correção do nome do programa VIGIAGUA – Programa de Qualidade da Água para Consumo Humano, o que foi feito e a Ata aprovada por unanimidade pelos conselheiros. Iniciou os informes informando aos conselheiros que a Portaria da SEMA de nº 68/2007 foi revogada e republicada na forma de Instrução Normativa nº 08 de 15/05/2008, destacando que o mesmo foi feito por este último ser o documento legal mais adequado e que o conteúdo permaneceu o mesmo. Colocou aos conselheiros que será realizado o 10º Encontro Nacional de Comitês de Bacia no Rio de Janeiro do dia 10 a 14/11/2008, destacando que a SEMA irá disponibilizar um ônibus para o evento e que os conselheiros interessados poderão participar, ponderando ainda que não serão custeadas as despesas dos conselheiros, sendo oferecido somente o transporte. Colocou ainda que devido a

coincidência de datas, há necessidade de alteração da data da Reunião Ordinária do mês de novembro do dia 13 para o dia 06, o que foi aprovado por todos os conselheiros. O conselheiro Antonio Vecchiato questionou se a nova data da reunião coincidiria com o Congresso de Água Subterrânea que será realizado em Natal no mês de novembro, sendo respondido pelo Sr. Nédio Carlos Pinheiro, Coordenador de Controle de Recursos Hídricos que não coincidirá, pois este último será nos dias 09 a 14/11/2008. Em seguida o Secretário Executivo colocou aos conselheiros que será realizado nos dias 18 e 19/09, dia mundial de limpeza das águas, o 8º Seminário de Recursos Hídricos do Estado de Mato Grosso, colocando ainda que o local ainda não foi definido. O Sr. Issakar Lima Souza, professor na UFMT Unidade de Barra do Garças, colocou que será realizado de 5 a 7/09 o 1º Workshop Araguaia de Conservação dos Recursos Hídricos. O secretário executivo colocou em seguida que em julho serão realizados dois encontros públicos para a divulgação do PERH, colocando que já foi realizado um encontro em Sinop, que contou com a participação dos conselheiros Eloy Brandão e Marli Batista de Aguiar, da ARPCA. Informou ainda que foi publicado no DOE de 27/06/2008 as solicitações de outorga de direito de uso da água para o mês de julho, destacando que foram feitas três solicitações, sendo duas com a finalidade de irrigação e uma com finalidade industrial. Dando continuidade da pauta, a Secretária do CEHIDRO colocou que não será apresentada aos conselheiros a solicitação da Bertin S/A para exceder o limite individual de captação superficial, conforme citado na pauta, devido ao mesmo estar verificando a possibilidade de fazer a captação em outro córrego, de forma a evitar exceder o limite individual, ponderando ainda que assim que houver uma definição os conselheiros serão informados. Em seguida o Secretário Executivo colocou em votação a Resolução nº 18, que trata do licenciamento de projetos de irrigação, sendo complementado pela Secretária do CEHIDRO que esta resolução é uma compilação das alterações anteriores, conforme discutido na reunião anterior. O Secretário Executivo sugeriu que fosse suprimido o artigo 8º da referida resolução, por ser dever do Estado conhecer os outros usuários na bacia e que fazer este levantamento eleva demasiadamente o custo dos empreendedores, sendo ponderado pelo conselheiro Antônio Vecchiato que em vez de se suprimir o artigo o mesmo poderia ter a redação alterada por ser uma informação importante na gestão dos recursos hídricos. A conselheira Telma Monteiro questionou como é feito nos outros estados, sendo respondido pelo Secretário Executivo que ele não possui informações específicas sobre o licenciamento, mas esta é uma função da outorga, sendo complementado pelo Sr. Nédio Pinheiro que como o Estado não possuía estas

69 informações foi solicitado aos empreendedores que nos apoiassem com estas  
70 informações para podermos licenciar, mas devido ao desenvolvimento da outorga hoje  
71 isto já não é mais necessário e sugeriu que o artigo fosse suprimido. A conselheira Josita  
72 Priante ponderou que concorda com a sugestão do conselheiro Antônio Vecchiato e  
73 sugeriu que a redação fosse alterada para "... o empreendedor deverá solicitar do  
74 Estado...". A conselheira Telma Monteiro colocou que sua preocupação é que o  
75 empreendedor também tem responsabilidade pela captação, destacando que pelas  
76 normas da ABNT este tipo de levantamento faz parte do processo de licenciamento de  
77 estações de captação e tratamento de água, ao que o Secretário Executivo ponderou que  
78 depende do tamanho do projeto, colocando que no caso da irrigação é que deva ir  
79 somente até o limite da sua propriedade. O conselheiro Juracy Ala colocou que quando  
80 vai se instalar um empreendimento se faz um estudo de viabilidade econômica do mesmo  
81 e é necessário se conhecer os usuários da bacia a montante e a jusante para verificar se  
82 o mesmo é viável e se sua instalação não prejudicará ninguém. O Secretário Executivo  
83 colocou que a SEMA está se estruturando para ter um programa que contenha estes  
84 dados para subsidiar a outorga no Estado, sendo complementado pelo Sr. Nédio Pinheiro  
85 que a outorga resolverá este tipo de problema. A conselheira Telma Monteiro perguntou  
86 em quanto tempo a SEMA terá este programa, pois não é interessante que se ocorra um  
87 vazio de informações no meio tempo, ao que foi respondida pelo Secretário Executivo que  
88 a primeira parte do sistema deverá estar pronta em agosto e a previsão é que o estado  
89 saiba a partir dele que usuários se encontram na bacia, sendo complementado pela  
90 Secretária do CEHIDRO que na próxima reunião será apresentado aos conselheiros o  
91 estudo de regionalização, o qual faz parte do sistema. O conselheiro Juracy Ala colocou  
92 que quando se começou a ser feito o licenciamento não se tinha esta preocupação e que  
93 temos que garantir que não teremos problemas futuros, como um empreendimento ter  
94 que reduzir seu funcionamento devido a falta de água. Complementou colocando que é  
95 necessário que o Presidente do CEHIDRO participe das reuniões para garantir que a  
96 SEMA se estruture de forma a poder trabalhar plenamente e assim evitar estes  
97 problemas. O conselheiro Antônio Vecchiato ponderou que sua preocupação é que não  
98 se tenha este artigo e assim não se tenha esta informação, questionando se a outorga  
99 suprirá esta lacuna, sendo respondido pelo Secretário Executivo que o objetivo da outorga  
100 é ordenar os empreendimentos dentro da bacia hidrográfica, sendo complementado pelo  
101 Sr. Nédio Pinheiro que a outorga será bem mais ampla do que o artigo, pois abrangerá  
102 toda a bacia. O Sr. Roberto Leung, professor na UFMT Unidade de Barra do Garças,

103 questionou se o termo “usuário relevante” tem uma definição, sendo respondido pela  
104 Secretária do CEHIDRO que na Resolução n° 12, que trata da outorga de captação de  
105 água superficial se tem a definição de Usuário Insignificante e que os relevantes seriam  
106 os demais, ponderando entretanto que não se tem textualmente esta definição. O  
107 conselheiro José Ferraz sugeriu que esta discussão poderia ser adiada para a próxima  
108 reunião. O conselheiro Juracy Ala colocou que esta definição de usuário insignificante  
109 deve ser vista com cuidado, pois um empreendedor pode ser colocado como  
110 insignificante por ter uma captação de pequeno porte mas ter um grande número de  
111 cabeças de gado e o impacto destas sobre os recursos hídricos não será  
112 necessariamente insignificante. O Sr. Nédio Pinheiro colocou que a análise dos usuários  
113 dentro da bacia e a disponibilidade hídrica será feita na outorga, destacando que o  
114 empreendedor terá acesso a estes dados, pela web, antes mesmo de solicitar a outorga.  
115 A conselheira Marli Sette questionou se a outorga será realizada antes do licenciamento,  
116 ponderando que se for o estado já terá esta informação antes do licenciamento, sendo  
117 respondida pelo Sr. Nédio Pinheiro que será feita antes e que o Estado terá acesso aos  
118 usuários de toda a bacia. A conselheira Josita Priante perguntou ao conselheiro Antônio  
119 Vecchiato qual sua posição, ao que o conselheiro respondeu que concorda com o  
120 posicionamento do Sr. Nédio Pinheiro, que esta não é uma função dos empreendedores e  
121 a outorga tem que possuir este dado, o que está sendo providenciado. O Secretário  
122 Executivo colocou aos conselheiros que eram três propostas a serem votadas, sendo a  
123 primeira a supressão integral do artigo 8°, a segunda alterar sua redação e a terceira seria  
124 voltar a esta discussão na próxima reunião, sendo colocado pelo conselheiro José Ferraz  
125 que ele retira a terceira proposta. O Secretário Executivo colocou então em votação a  
126 supressão integral do artigo 8° a qual foi aprovada com sete votos a favor. Em seguida  
127 colocou em votação a aprovação da Resolução n° 18 como um todo, a qual foi aprovada  
128 por unanimidade. Dando continuidade à reunião o Secretário Executivo passou a palavra  
129 ao Sr. Ney Maranhão da Agência Nacional de Águas, que colocou aos conselheiros que a  
130 apresentação será feita pelo Sr. José Luiz Gomes Zoby, destacando que a intenção da  
131 apresentação é apresentar as propostas de arranjos institucionais, destacando que está já  
132 é a reunião realizada nos estados para apresentar a 3ª etapa do Plano Estratégico e ter a  
133 participação dos mesmos. O Sr. José Luiz Gomes Zoby iniciou a apresentação colocando  
134 aos conselheiros que o objetivo da mesma é apresentar a consolidação do Plano  
135 Estratégico bem como os programas e ações do mesmo. Em seguida descreveu as fases  
136 anteriores do Plano Estratégico, destacando as metodologias utilizadas, caracterizou a

bacia a partir dos dados levantados na fase de diagnostico e discorreu sobre a fase de cenários. Em seguida apresentou propostas integrantes do Plano Estratégico para o enquadramento dos corpos hídricos , destacando que o enquadramento é um acordo a ser feito com a sociedade e que para isso ela tem que estar ciente do que ele significa, ao que o Sr. Ney Maranhão complementou colocando que na ausência de comitês de bacia o CEHIDRO faz seu papel nesta decisão. A conselheira Josita Priante ponderou que nesta discussão não devem ser incluídas somente escolas e universidades, mas também as comunidades ribeirinhas, colocando inclusive que elas devem participar em eventos como os Seminários Estaduais, e que o estado deve oferecer transporte e alimentação para que estas pessoas, muitas vezes carentes, possam participar. O Sr. José Zoby continuou apresentando uma proposta de alocação de água sendo questionado pelo Sr. Issakar Souza se nesta proposta foi levado em consideração o processo de assoreamento dos corpos d'água, ao que respondeu que somente a quantidade foi levada em consideração. Colocou aos conselheiros em seguida a apresentação dos programas e ações integrantes do Plano Estratégico, apresentando os temas estratégicos, os objetivos do Plano Estratégico e a estrutura de Programas do mesmo. Após estes tópicos apresentou a proposta de arranjos institucionais para a gestão e encerrou apresentando as estratégias para a implementação do Plano Estratégico. O Sr. José Zoby agradeceu a participação de todos e abriu para questionamentos. Ninguém se manifestou e nada havendo mais a declarar, o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 12h 34min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

---

**LUIS HENRIQUE C. DALDEGAN**

Presidente do CEHIDRO

---

**LEANDRO MARASCHIN**

Secretário Executivo do CEHIDRO em substituição

*\* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 15/07/2008.*

*\*\* Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*